

Registro da Audiência Pública e do atendimento itinerante na aldeia indígena Cerro Corá, Município de Mongaguá.

Evento	Audiência Pública e Atendimento itinerante na aldeia indígena Cerro Corá - Município de Mongaguá.
Participantes	Regina Rufino (SEPLAN), Luna Chino (SEPLAN/COGEL), Caroline Cavarzere (SEPLAN/COGEL), Soraya Dias (SEPLAN/SESUST), Flavia Marcia Alves dos Santos (SEPLAN/SEINOVA), José Luiz Simião (SGS), Gabriela Dias e William Castro (189ª ZE), Aline Batistella, Isaías Nardes, Karina Ono, Edinaldimar e Jaqueline (FUNAI), Cesar Giavarotti, Angela e Maurício (Poupatempo).
Datas	10 de fevereiro e 28 de fevereiro de 2023
Objetivo	Realizar audiência pública e atendimento à população da comunidade indígena Aldeia Cerro Corá - Município de Mongaguá , em continuidade às ações do Projeto Piloto de "Inclusão Político Eleitoral – Assentamentos, Povos e Comunidades Tradicionais do Estado de São Paulo".

Introdução

O Projeto Inclusão Político Eleitoral – assentamentos, povos e comunidades tradicionais do Estado de São Paulo (SEI 0005660-33.2022.6.26.8000 e 0052594-49.2022.6.26.8000) contempla, entre suas etapas, o atendimento itinerante nas comunidades abrangidas pelo projeto.

Nesses atendimentos são realizadas ações com foco nos direitos das comunidades indígenas.

Essas ações visam:

1. Audiência pública com essas populações, ação de educação eleitoral, com instruções e informações sobre as eleições e realização de roda de conversa

para avaliação de eventuais necessidades em termos eleitorais;

2. Atendimento para consulta da situação eleitoral com vistas a orientações em geral, alistamento, emissão de certidões, realização de transferência temporária de eleitores e eleitoras, além de revisão e outros serviços prestados pela Justiça Eleitoral.

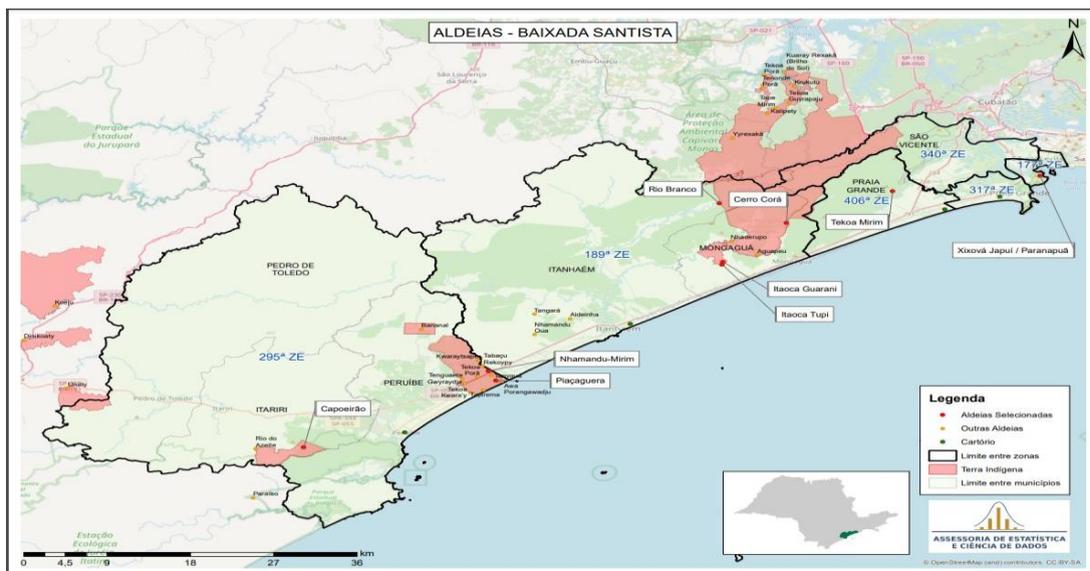
As seguintes aldeias fazem parte da proposta da ação conjunta de atendimento:

- a) aldeia Paranapuã, em São Vicente;
- b) aldeia Tekoa Mirim, em Praia Grande;
- c) aldeias Cerro Corá e Itaóca, em Mongaguá;
- d) aldeia Rio Branco, em Itanhaém;
- e) aldeias Piaçaguera e Nhamandu Mirim, em Peruíbe;

e

- f) aldeia Capoeirão, em Itariri.

O mapa abaixo, elaborado pela Assessoria de Estatística e Ciência de Dados - ASSEC, demonstra a localização dessas aldeias e as Zonas Eleitorais correspondentes:



A inclusão dessas comunidades da baixada santista ainda na etapa piloto do projeto, de modo a facilitar e garantir acesso aos direitos

fundamentais a essa população, foi necessária a fim de beneficiar o projeto com a parceria de órgãos como a FUNAI e a PRODESP, que de todo modo fariam as ações nesses locais.

O atendimento itinerante

Tendo em vista a localização de difícil acesso – em torno de 1 hora de estrada de terra com necessidade de travessia de cursos de água -, a FUNAI e a Fundação Florestal disponibilizaram veículos especiais (com tração 4x4) para o transporte das equipes, do centro da cidade até a aldeia, nas duas ocasiões em que as visitas ocorreram. O ponto de encontro foi em frente ao Poupatempo de Mongaguá.



No dia 10 de fevereiro de 2023 as equipes da SEPLAN, da 189ª Zona Eleitoral de Mongaguá, da FUNAI e da PRODESP, em conjunto com a Fundação Florestal, estiveram na aldeia Cerro Corá, em continuidade ao Projeto.

Os objetivos principais eram: (i) audiência pública para ouvir as pessoas dessas aldeias para compreensão de suas necessidades eleitorais, (ii) checar a possibilidade de conexão com a internet para acesso ao ELO, e (iii) divulgar o atendimento itinerante agendado para 28 de fevereiro.

Logo na chegada à aldeia, adultos e crianças apresentaram as equipes com uma demonstração de música indígena. Em seguida, tiveram início os atendimentos de cidadania, bem como a audiência pública com as lideranças locais para compreensão de suas necessidades em termos eleitorais.

Ao final, foram entregues às lideranças dois cartazes em guarani com a data do atendimento itinerante para melhor divulgação da ação, que ocorreria em 28 de fevereiro.





Já no dia **28 de fevereiro de 2023**, após saída da sede da Secretaria em veículo do Tribunal, a equipe foi até o Posto Eleitoral de Mongaguá para a retirada da urna eletrônica, bem como para encontro com as servidoras e com os servidores do Cartório da 189ª Zona Eleitoral de Mongaguá. Depois, o ponto de encontro com os servidores e servidoras da FUNAI, da PRODESP e da Fundação Florestal foi na sede do Poupatempo na região Central de Mongaguá, e então a aldeia.

No retorno à aldeia de Cerro Corá, a PRODESP entregou os documentos de identificação civil, e a Justiça Eleitoral entregou os novos títulos, havendo também uma simulação de votação com candidatos fictícios através do uso da urna eletrônica.

Finalizada a visita à aldeia de Cerro Corá no dia 28 de fevereiro de 2023, as servidoras e os servidores da FUNAI, da PRODESP e da Fundação Florestal foram deixados na sede do Poupatempo na região Central de Mongaguá. Após o almoço, foi feita a devolução da urna eletrônica ao Posto Eleitoral de Mongaguá e retorno à sede do Tribunal.





Resultados:

Ao total foram realizados 17 atendimentos pela Justiça Eleitoral, entre alistamentos, transferências e revisão, além de emitidos 28 documentos de identidade pelo Poupatempo/PRODESP. Também foi possível a demonstração de uso da urna para várias pessoas moradoras da comunidade indígena, incluindo futuras e futuros eleitoras e eleitores.

Em adição, a audiência pública realizada para oitiva das necessidades eleitorais foi imprescindível para compreensão das dificuldades enfrentadas no dia do pleito, bem como para identificação da necessária melhoria no transporte pela Justiça Eleitoral.

Considerações finais:

A implementação e o desenvolvimento do Projeto Inclusão Político Eleitoral, em sua etapa piloto, têm revelado importante ausência da Justiça Eleitoral em parte do território paulista, e a manifestação dos eleitores e eleitoras em relação a importância deste Projeto demonstra que as ações realizadas estão no caminho correto.

O contato contínuo e duradouro do TRE-SP com os povos e comunidades tradicionais presentes no Estado de São Paulo tem se mostrado relevante meio pelo qual a Justiça Eleitoral paulista poderá promover a cidadania, aprimorar o relacionamento com instituições parceiras para maximizar o desempenho da instituição, e zelar pela satisfação dos eleitores e eleitoras pertencentes a esses grupos sociais vulneráveis em relação aos serviços prestados, visando a garantia dos direitos fundamentais e o fortalecimento da relação do Tribunal com a sociedade.

Assim, é clara a necessidade de manutenção e ampliação de alcance do projeto, de forma que os trabalhos de campo sejam realizados com maior frequência para não apenas promover a inclusão eleitoral dessas pessoas, como também estabelecer uma relação de confiança e aproximar a Justiça Eleitoral dessas populações.

